



134

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE - CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

RECURSO DE AGRAVO Nº 158940-8/01

RECORRENTE : Caixa Econômica Federal
RECORRIDOS : Marijalba Marques da Silva e outros
RELATOR : Des. Antônio Carlos Alves da Silva
QUINTA CÂMARA CÍVEL

5322
- 2 -

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO EM CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO TRIBUNAL. AUSÊNCIA DE ARGUMENTO NOVO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO.

1 - Admite-se a negativa de seguimento do recurso quando demonstrada a jurisprudência dominante, por julgados versando sobre a mesma matéria, oriundos das diversas Câmaras Cíveis do Tribunal, atendida, assim, a regra do art. 557 do Código de Processo Civil.

2 - Mantém-se a decisão recorrida se a agravante não traz argumento novo, limitando-se a repetir a mesma linha de raciocínio das razões do recurso principal.

3 - Recurso de agravo não provido por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo nº 158940-8/01, da Comarca de Recife, em que figuram como recorrente CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e recorridos MARIJALBA MARQUES DA SILVA e OUTROS, na sessão realizada em / /2009, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos da ementa e das notas taquigráficas em anexo, que fazem parte integrante da presente decisão.

Recife, 14 de 10 de 2009.

Des. ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA - Relator



132

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

RECURSO DE AGRAVO Nº 158940-8/01

RECORRENTE : Caixa Econômica Federal
RECORRIDOS : Marijalba Marques da Silva e outros
RELATOR : Des. Antônio Carlos Alves da Silva
QUINTA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo interposto pela Caixa Econômica Federal contra a decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento por ela interposto nos autos da ação de indenização movida por Marijalba Marques da Silva e outros.

A decisão terminativa foi proferida ante o manifesto confronto do recurso com a jurisprudência dominante desta Corte de Justiça.

Diz a recorrente que embora não seja titular da relação jurídica material subjacente (obrigação de indenizar), faz-se imprescindível a intervenção da Caixa Econômica Federal como assistente da Caixa Seguradora, bem como a intimação da União, a fim de que exerça a defesa dos interesses do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS, na forma do art. 5º, da Lei nº 9.469/97.

Insiste na aplicação da Súmula 150 do STJ, qual seja, na competência exclusiva da Justiça Federal para a verificação da existência de interesse jurídico que justifique a intervenção no feito de ente federativo e pede, por fim, a procedência do recurso, para determinar a remessa dos autos ao juízo federal.

Trago, de logo, este feito a julgamento, por não depender de inclusão em pauta.

É o relatório.

Recife, de de 2009.

Des. ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA
Relator



133

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

RECURSO DE AGRAVO Nº 158940-8/01

RECORRENTE : Caixa Econômica Federal
RECORRIDOS : Marijalba Marques da Silva e outros
RELATOR : Des. Antônio Carlos Alves da Silva
QUINTA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Senhor Presidente,
Senhor Desembargador,
Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

Eis o teor da decisão terminativa recorrida, na parte que interessa: (fls. 187/190 do agravo de instrumento)

"Trata-se de agravo de instrumento contra a decisão que, em ação de indenização securitária, indeferiu a intervenção da agravante como assistente da Caixa Seguradora S/A. As razões do recurso trazem a alegação da necessária intervenção da Caixa Econômica Federal na condição de assistente da Seguradora e do interesse da União, em razão da repercussão patrimonial no Sistema Habitacional e no Fundo de Compensação de Valores Salariais - FCVS. Defende a agravante a competência exclusiva da Justiça Federal para a verificação da existência de interesse jurídico que justifique a intervenção de ente federativo e requer, por fim, a reforma da decisão e a remessa dos autos a uma das Varas Federais da seção Judiciária de Pernambuco, na forma do art. 109, I, da Constituição Federal e da Súmula 150 do Superior Tribunal de Justiça. Relatados sucintamente, decido. O recurso tem como objeto o seguinte provimento judicial: 'A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF, por sua vez, veio aos presentes autos, às fls. 1036, requerendo a sua admissão nesta relação jurídico-processual na condição de assistente da Suplicada e, conseqüentemente, a remessa dos mesmos à Justiça Federal, nos termos do art. 109 da Constituição Federal. Em processo similar a este – 231.2005.000602-6 – este Juízo proferiu decisão deferindo este pedido e determinando a remessa dos autos, atendendo a esta norma constitucional acima mencionada e ao conteúdo da Súmula 150 do STJ, que define a competência da Justiça Federal para decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas. Contudo, em sede recursal, o TJPE decidiu no sentido que este Juízo é competente para processar e julgar este tipo de ação, no AI n. 146.039-9, datado de 23.11.06, tendo como relator substituto o magistrado Antenor Soares. O entendimento de ser esta Vara competente para julgar o feito não discrepa do entendimento deste Juízo, já manifestado acima e em outros feitos similares. A questão da decisão supra mencionada limitava-se à aplicabilidade da citada Súmula. Isto posto, como uma medida mais consentânea com o bom senso e a cautela que o caso exige, a segurança e o interesse de inúmeros cidadãos envolvidos numa situação de extrema carência sócio-econômica, que não podem mais ser prejudicados pela demora da



134

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

prestação jurisdicional, siga o entendimento esposado pelo TJPE, de acordo com a decisão já mencionada, deixando de atender ao pedido formulado pela CEF.' (fls. 91/92) Este Egrégio Tribunal, em diversos julgamentos, mostrou-se favorável ao entendimento do magistrado de primeira instância, senão vejamos: [...] Sucessivas são as decisões desta Corte de Justiça que seguem a mesma linha de raciocínio: Recurso de Agravo 152676-9/01; Apelação Cível 155202-1; Apelação Cível 169404-4; Recurso de Agravo 170912-8/01; Apelação Cível 173034-1; Apelação Cível 173062-5. Por estas razões, com base no art. 557 do Código de Processo Civil, estando o presente recurso em manifesto confronto com a jurisprudência dominante deste Tribunal, **NEGO SEGUIMENTO** ao agravo de instrumento."

Tendo em consideração o inconformismo da parte, submeto o presente recurso à análise deste Órgão Colegiado, com o objetivo de dar maior efetividade ao duplo grau de jurisdição. No entanto, mantenho o mesmo entendimento que fundamentou a decisão recorrida.

Contrariamente à tese sustentada pela recorrente, é possível a aplicação do art. 557 do Código de Processo Civil ao caso. Isto porque a decisão terminativa, citando acórdãos das diversas Câmaras Cíveis deste Tribunal, que mencionavam, inclusive, precedentes do Superior Tribunal de Justiça, negou seguimento ao recurso após demonstrar a jurisprudência dominante, em atendimento à regra do mencionado artigo.

Demais disso, a agravante não traz qualquer argumento novo, limitando-se a repetir a mesma linha de raciocínio das razões do agravo de instrumento, que foram devidamente apreciadas na decisão agravada.

Feitas essas considerações, nego provimento ao recurso para manter a decisão recorrida em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, de de 2009.

Des. ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA
Relator

msabr